

REQUERIMENTO

A requalificação e reabertura das Termas do Carapacho, no passado ano de 2010, reforçou de forma significativa a capacidade de atração turística da ilha Graciosa, bem como forneceu aos graciosenses cuidados de saúde especializados e um serviço que contribui para a melhoria da sua qualidade de vida.

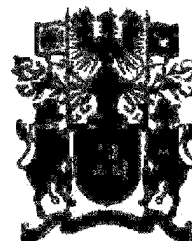
No entanto, menos de dois anos depois do avultado esforço de investimento efetuado pela Região, surgiram diversos problemas nas instalações que tornaram impossível o seu funcionamento normal e obrigaram ao seu encerramento. De igual forma, a zona balnear junto às termas encontra-se profundamente degradada, o que é tanto mais grave quanto se está agora a iniciar a época balnear.

Impõem-se, desde logo, a rápida execução das obras de recuperação e a substituição de equipamentos para permitir a utilização da zona balnear e a reabertura das Termas do Carapacho, também na sua vertente termal, que é o cerne da sua atividade e poder de atração de visitantes e utilizadores.

No entanto, é necessário que exista também um processo de apuramento de responsabilidades e de defesa do investimento público realizado, uma vez é inaceitável que a infraestrutura se encontre neste estado tão pouco tempo depois de ter sido alvo de uma intervenção de fundo. A degradação das termas do Carapacho é reveladora de sérios erros construtivos e de conceção, bem como na execução e seleção de materiais empregues na obra, o que impõe que se utilize toda a extensão dos direitos da Região, nomeadamente acionando garantias e outras obrigações contratuais junto das empresas responsáveis pela construção.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP solicita ao Governo a seguinte informação:

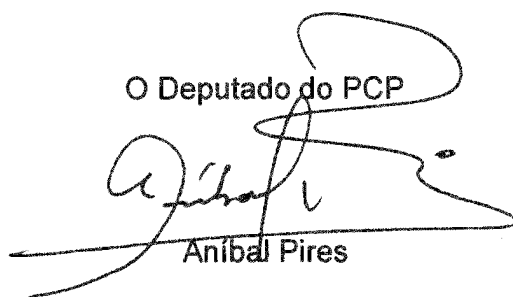
- Qual o prazo para a reabertura integral das Termas do Carapacho?
- Qual o custo das novas obras que a infraestrutura terá de receber?



- Pretende o Governo encetar um processo de averiguação de responsabilidades e acionar eventuais garantias contratuais, salvaguardando o investimento realizado pela Região?

6 de Junho de 2013

O Deputado do PCP



Aníbal Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1954 Proc. n.º 54.04.04
Data:	013, 06, 17 N.º 124, V